



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - [www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br)

## **DECRETO Nº 12458720 - P-SEP-GSEP-CDI**

SEI!TJPR Nº 0076515-29.2025.8.16.6000  
SEI!DOC Nº 12458720

### **DECRETO JUDICIÁRIO**

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais,

**CONSIDERANDO** as atribuições previstas no art. 11, incisos I e III, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça;

**CONSIDERANDO** as regras de informatização do processo judicial previstas na Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006;

**CONSIDERANDO** as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça nas Resoluções nº 335/2020 (Política Pública para a Governança e a Gestão de Processo Judicial Eletrônico) nº 385/2021 (Núcleos Justiça 4.0), nº 354/2020 (cumprimento digital de atos processuais) e nº 615/2022 (parâmetros para o uso de inteligência artificial);

**CONSIDERANDO** o contido na Resolução nº 510 de 1º de setembro de 2025 do Colendo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, que dispôs sobre a adesão ao Sistema de Processo Judicial Eletrônico - eproc, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

**CONSIDERANDO** o Acordo de Cooperação Técnica TRF4 nº 633/2025 (doc. 12363197 – SEI 0036755-73.2025.8.16.6000), formalizado entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e este Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com a finalidade de autorizar a cessão do direito de uso do Sistema eproc, estabelecendo condições de cooperação entre os partícipes para o desenvolvimento permanente do referido sistema;

**CONSIDERANDO** a necessidade de implantação gradativa do sistema, a partir de unidades-piloto, a fim de assegurar a adequada adaptação de magistrados(as), servidores(as), advogados(as), entes públicos externos, bem como dos jurisdicionados em geral;

**CONSIDERANDO** o contido no SEI 0076515-29.2025.8.16.6000,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica estabelecida a data de 09 de dezembro de 2025 como a de início de implantação do Sistema eproc no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio de um projeto-piloto, restrita ao processamento e ao julgamento de feitos de competência delegada nas Comarcas de Porecatu, Loanda, Cantagalo, Palmas e Tomazina.

**§1º** A expansão do sistema para demais unidades judiciárias seguirá cronograma a ser definido em ato da Presidência.

**§ 2º** Para os fins deste Decreto, considera-se competência delegada aquela exercida pela Justiça Estadual por força de delegação constitucional prevista no art. 109, § 3º, da Constituição Federal, limitada às ações previdenciárias em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) for parte.

**§3º.** Exclui-se dos feitos acima as demandas decorrentes de cartas precatórias.

**Art. 2º.** A partir da data de implantação do Sistema eproc em cada unidade jurisdicional mencionada no art. 1º, fica vedado o ajuizamento de novas ações de competência delegada por meio do Sistema Projudi.

**Parágrafo único.** O descumprimento do disposto no *caput* acarretará o cancelamento da distribuição, sem produção de efeitos jurídicos.

**Art. 3º.** Os processos de competência delegada em tramitação nas unidades referidas no art. 1º, atualmente vinculados ao Projudi, serão migrados para o Sistema eproc conforme regras estabelecidas em ato próprio da Presidência.

**Parágrafo único.** Até efetiva migração, os processos de competência delegada em tramitação nas unidades judiciais referidas ficarão no acervo processual do Sistema Projudi.

**Art. 4º** Até a implantação do Sistema eproc nas demais unidades, nos processos em que o magistrado se declarar incompetente, deverá ser determinado o cancelamento da distribuição no referido sistema.

**§ 1º** Nessas hipóteses, caberá ao patrono da parte autora ajuizar a demanda diretamente no juízo competente, observando o sistema processual legado em vigor, sendo vedada a redistribuição automática entre sistemas distintos.

**§ 2º** Excepcionalmente, quando já deferida a tutela provisória, o processo poderá ser remetido, por malote digital, à unidade competente, para fins de redistribuição manual no sistema processual legado.

**Art. 5º** Até a conclusão da migração para o Sistema eproc, as petições intercorrentes e os recursos referentes a processos em curso no Sistema Projudi deverão continuar a ser protocolados neste sistema.

**Parágrafo único.** A distribuição por dependência de processos de competência delegada em curso no Sistema Projudi deverá ser protocolada no Sistema eproc, procedendo-se à migração do processo de referência tão logo sejam atendidos os requisitos.

**Art. 6º.** Este Decreto passa a vigorar a partir da sua assinatura.

Curitiba, data da assinatura eletrônica.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Documento assinado eletronicamente por **Lidia Maejima, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, em 02/12/2025, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **12458720** e o código CRC **C55DB596**.

0076515-29.2025.8.16.6000

12458720v3